

Continuidade Histórica e Produção Simbólica

Coletivo Política do Impossível¹



O conceito de “continuidade histórica”, relacionado aos últimos processos ditatoriais latino-americanos, foi elaborado pelos movimentos de direitos humanos e é uma forma de atualização da memória que permite pensar o presente a partir do passado e vice-

¹ O coletivo Política do Impossível – PI realiza projetos de educação e produção coletiva de arte. Sua prática une processos artísticos de intervenção pública a processos educativos com grupos, abordando diversas áreas do conhecimento e criando interseções entre a arte e outras esferas da vida.

Cria projetos de investigação e ação no espaço urbano que colocam todos os participantes como ativos na dinâmica da cidade, contra sua perpetuação como espaço dissociado da vida, tornando visíveis possibilidades e desejos de transformação no sentido da criação de vida pública. O coletivo entende que é no exercício cotidiano de um olhar íntegro - porque é atento, crítico, reflexivo e criador – capaz de selecionar informações e intervir na realidade, que se constitui a possibilidade de produzir sentidos, e não apenas reproduzi-los.

versa; conseqüentemente, romper a imagem estática que se tem da ditadura, que nos faz vê-la como um momento totalmente desconectado de hoje.

O que se construiu como continuidade e como descontinuidade histórica depois de vinte e três anos do fim da ditadura no Brasil e frente à faltas sociais tão profundas (como a permanência da tortura, o conceito de justiça construído na pós-ditadura, a inserção do país no neoliberalismo)? Qual a memória social que se tem hoje do processo ditatorial? Que símbolos ainda nos acompanham cotidianamente, a que heróis e acontecimentos prestamos homenagem cada vez que transitamos pelas nossas cidades?

Pensar a história como um movimento descontínuo, em que o passado não tem ligação com o presente, em que os processos sociais ficam presos no tempo, faz com que a responsabilidade sobre os fatos não seja assumida; permite que uma pessoa que naquela época torturou possa ser hoje um comerciante, um professor, um vizinho.

Quando o esquecimento e a falta de reflexão se transformam em um padrão na construção do discurso histórico, ficamos presos na ignorância. Porque “temos” que morar em um bairro chamado Castelo Branco? Chegar ao absurdo de ter uma rua com o nome do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, um reconhecido torturador?

Cada uma dessas atitudes e construções forma a nossa cultura e a chamada “identidade nacional”. Cada vez que agimos a partir da chave do apagamento da memória, estamos evidenciando que a complexidade desta questão não se circunscreve a um período histórico determinado, mas deve ser olhada, pensada e constantemente ressignificada por toda a sociedade.

Além da importância que teria para a nossa sociedade a efetivação de juízos que esclareçam os acontecimentos e os crimes cometidos pelo Estado Ditatorial (começando pela própria interrupção da democracia) há, em nossa atualidade, outra dívida tão importante quanto esta: a construção cultural de uma **memória ativa** sobre os fatos e uma condenação social sobre os responsáveis que não permitam a perpetuação de práticas e ideologias constituídas e afirmadas naquele período.

O encobrimento dos fatos revela a repetição de um dispositivo comum na construção da história brasileira, que apaga a memória do conflito para proteger as classes dominantes e construir uma falsa sensação de “normalidade”. O conflito volta de forma cada vez mais violenta e mais perversa, dando às vozes reacionárias argumentos para a legitimação dos mecanismos de controle, segregação social e opressão.

Nossa política: a luta do simbólico

“Quantas vezes designamos, ao longo de nossas vidas, uma rua que leva o nome de um genocida? Quantas vezes nomeamos uma marca de uma multinacional que escraviza e mata? Estão tão internalizados estes nomes e produtos em nossa cotidianidade, que é uma utopia pensar simplesmente que poderíamos nos desfazer deles, já que em parte eles nos construíram. Porém, ao reconhecê-los e reconhecer as políticas que os tramam, podemos desconstruir seus nomes e imagens. Esta é a luta política do simbólico, que não apenas nomeia os esquecidos e vítimas da violência do poder, como nos restitui, a nós mesmos como aos demais, o poder de construção de uma identidade autônoma em relação à que nos é imposta, que encontra a liberdade no processo vivencial das utopias.”²

² Trecho escrito por Grupo de Arte Callejero, Buenos Aires, Argentina, 2004.



Cartografia que mostra onde vivem vários genocidas que já foram escrachados. Os escraches são marcados por H.I.J.O.S (Hijos por la Identidad, la Justicia, contra el Olvido y el Silencio/Filhos pela Identidade e a Justiça, contra o Esquecimento e o Silêncio). Junto à luta de outras organizações H.I.J.O.S inscreveu conceitos como os de justiça social, memória ativa e continuidade histórica. Cria, em meados dos anos 90, a prática do "escrache" (da palavra escrachar), nas quais os percursos e espaços de vida dos repressores da ditadura são demarcados na cidade e evidenciados através de experiências coletivas, políticas, estéticas e de divulgação nos bairros. Essa prática abriu um espaço plural e constante de atuação, possibilitando, a partir de uma nova forma de participação política, uma transformação profunda do imaginário social e fez avançar a política de direitos humanos na Argentina.

Quando circulamos pela cidade onde moramos ou entre cidades brasileiras, se evidenciam contrastes, memórias, fatos, que por sua complexidade nos alertam para os conflitos entre a realidade que experienciamos e o discurso oficial.

Partindo da percepção, sensação e elaboração do vivido, surge a necessidade de transformar "o que é" naquilo que "poderia ser". Ou no que "poderia ter sido" na construção da história. Desta forma, o residual é colocado como centro do discurso, que assume então a possibilidade de ter múltiplos centros já que o resíduo, o periférico, está em todos os lugares. Faz parte da vida cotidiana.

Estes "possíveis", nomeados "necessidades radicais" por alguns filósofos³, carregam latente o desejo de inscrição. O exercício de inscrever estas necessidades na história poderia ser chamado de "exercício democrático verdadeiro", quando o homem toma as rédeas de sua própria vida, reinventando-se a cada instante e se apropriando de seu potencial para construir critérios e valores.

A arte e as produções culturais têm uma tarefa importante nesse sentido: a construção de símbolos. Estes têm a potência de interferir na narrativa social, de gerar, por mais mínimos que sejam, deslocamentos na configuração estabelecida do possível. É uma intervenção na comunicação que pode impulsionar mudanças no imaginário mobilizando transformações tanto no campo do jurídico quanto nas relações sociais concretas.

A intervenção na vida pública, para nós, é uma prática que permite - seja no âmbito da denúncia ou do anúncio - trazer à superfície e colocar em discussão o que estava presente em um determinado contexto, mas por algum motivo não estava sendo dito ou visto. Possibilita gerar um estranhamento de situações normalizadas dando lugar, nesse movimento, a uma mudança da chave de leitura. A intervenção nos permite encarar de forma criativa os problemas sociais, políticos, culturais que nos atravessam todos os dias.

Acreditamos que apenas a elaboração coletiva dos conflitos com todas as suas contradições e mistérios, possa ampliar as possibilidades de sua compreensão ao criar um espaço de fala, escuta, ação e reflexão. Esta tem sido uma forma de construir

³ Como Henri Lefebvre e Agnes Heller

um posicionamento mais efetivo e consciente e de resistir à apropriação automática dos fatos - que os torna formas fixas e esvaziadas de experiência. Reinventar, a todo o momento, as formas de denúncia e anúncio dos fatos é, então, parte fundamental do nosso percurso.



A esquerda, Grupo de Arte Callejero colocando placas que marcam o Genocida que está sendo escrachado utilizando códigos viários para demarcar onde está a sua casa. À direita, um genocida sabendo que seria escrachado "empacotou" a sua própria casa.

Pensar sobre a ditadura e sobre as manifestações de 1968 no marco dos 40 anos daquele período é uma oportunidade para nós de ressignificar com diferentes pessoas e gerações tanto conteúdos, quanto estratégias de uma época da qual somos herdeiros, com a qual estamos dialogando quando queremos, em 2008, discutir o espaço público e inventar novas formas de fazer política. É também um aprendizado porque quando focamos neste tema específico, revendo imagens, retomando discussões e experimentando técnicas de intervenção que marcaram a resistência dos anos 60 e 70, podemos tanto nos identificar quanto nos diferenciar, assumindo aquilo que nos foi deixado como legado ao tornar pública a nossa forma própria de entender e fazer política, inclusive rompendo com o pensamento de que a nossa é uma geração despolitizada.